

Caminhos e Dinâmicas Contemporâneas dos Produtores e Proprietários Rurais de Origem Brasileira no Paraguai¹

Valdemar João Wesz Junior

Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) – Foz do Iguaçu, Paraná, Brasil.

e-mail: jwesz@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste trabalho é analisar os caminhos e as dinâmicas contemporâneas de produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai, procurando perceber as suas lógicas e a situação atual em termos do controle e posse da terra. Para tanto, foi realizada revisão bibliográfica, análise de dados estatísticos e entrevistas semiestruturadas com 56 produtores/proprietários rurais de origem brasileira que estão ou estiveram no Paraguai. Como resultado da pesquisa, foi identificado que atualmente existem, pelo menos, cinco movimentos diferenciados: i) produtores que chegaram na segunda metade do século XX e que permanecem na mesma região no Paraguai; ii) produtores e/ou descendentes que chegaram no país no mesmo período e nos últimos anos avançaram para o seu interior; iii) atores que chegaram no país mais recentemente, investindo na produção agropecuária e/ou aquisição de terras; iv) produtores que optaram por deter terras tanto no Paraguai quanto no Brasil; v) produtores rurais que, por diferentes motivos, retornam para o Brasil. Portanto, há distintos caminhos, movimentos e dinâmicas deste grupo social em relação à terra no Paraguai.

Palavras-chave: Transformações agrárias; estrangeirização da terra; Paraguai.

Paths and Contemporary Dynamics of Producers and Rural Owners of Brazilian Origin in Paraguay

Abstract

The objective of this paper is to analyze the paths and contemporary dynamics of rural producers and landowners of Brazilian origin in Paraguay, seeking to understand their logic and the current situation in terms of land control and tenure. For this purpose, a bibliographic review, analysis of statistical data and semi-structured interviews were carried out with 56 producers/rural landowners of Brazilian origin who are or have been in Paraguay. As a result of the research, it was identified that there are currently at least five different movements: i) producers who arrived in the second half of the 20th century and who remain in the same region in Paraguay; ii) producers and/or descendants who arrived in the country in the same period and in the last few years they have moved inland; iii) actors who arrived in the country more recently, investing in agricultural production and/or land acquisition; iv) producers who chose to hold land in both Paraguay and Brazil; v) rural producers who, for different reasons, return to Brazil. Therefore, there are different paths, movements and dynamics of this social group in relation to land in Paraguay.

¹ "Agradeço à Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA) pelo apoio e aos alunos Gabriel Avalos Vera, Raimundo Christian Oliveira Soares, Maria Victoria Garayo Mereles, Wellington Luciano dos Santos, Caroline Bosio Grappeggia e Jorge Morel, que integraram, em diferentes anos, projetos de iniciação científica. Também agradeço ao Grupo de Estudo em Mudanças Sociais, Agronegócio e Políticas Públicas (GEMAP), sediado no CPDA/UFRRJ, com destaque ao projeto "Expansão do 'agronegócio', mercado e estrangeirização de terras e ação do Estado: um olhar crítico sobre as transformações no meio rural brasileiro", que conta com apoio da FAPERJ e CNPq, coordenado pelo prof. Sergio Pereira Leite."

Keywords: Agrarian transformations; land grabbing; Paraguay.

Caminos y Dinámicas Contemporáneas de los Productores y Propietarios Rurales de Origen Brasileña en Paraguay

Resumen

El objetivo de este trabajo es analizar los caminos y dinámicas contemporáneas de los productores y propietarios rurales de origen brasileña en Paraguay, buscando comprender su lógica y la situación actual en términos de control y pose de la tierra. Para este propósito, se realizó una revisión bibliográfica, análisis de datos estadísticos y entrevistas semiestructuradas con 56 productores/propietarios rurales de origen brasileña que están o han estado en Paraguay. Como resultado de la investigación, se identificó que actualmente existen al menos cinco diferentes movimientos: i) productores que llegaron en la segunda mitad del siglo XX y que permanecen en la misma región en Paraguay; ii) productores y/o descendientes que llegaron al país en el mismo período y en los últimos años migraron al interior; iii) actores que llegaron al país más recientemente, invirtiendo en producción agropecuaria y/o adquisición de tierras; iv) productores que optaron por tener tierras en Paraguay y Brasil; v) productores rurales que, por diferentes razones, regresan a Brasil. Por lo tanto, existen diferentes caminos, movimientos y dinámicas de este grupo social en relación con la tierra en Paraguay.

Palabras clave: Transformaciones agrarias; acaparamiento de tierras; Paraguay.

Introdução

O processo de aquisição de terras por estrangeiros no Paraguai é histórico. Um marco foi a aprovação de vendas de terras públicas após a Guerra da Tríplice Aliança (1864-1870), quando grande parte do território paraguaio ficou no poder de poucas empresas, maiormente de capital internacional (IZÁ PEREIRA, 2019; KLEINPENNING, 1992). Durante a ditadura de Alfredo Stroessner (1954-1989) ocorre um novo movimento de aquisição de terras por estrangeiros, sobretudo brasileiros. Ainda que o processo de chegada e expansão de produtores rurais brasileiros na segunda metade do século XX no Paraguai tenha ganhado muita visibilidade no âmbito acadêmico (PALAU e HEIKEL 2016; SOUCHAUD, 2008; NICKSON, 2005; ZAAR, 2001, entre outros), a situação deste grupo social nos últimos anos tem sido pouco averiguada.

Nesse sentido, o objetivo deste artigo é analisar os caminhos e as dinâmicas contemporâneas de produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai, procurando perceber suas lógicas e a situação atual em termos do controle e posse da terra. A intenção é compreender os movimentos que este grupo social tem construído em relação à terra no Paraguai, sem desconsiderar a sua conexão com o Brasil e as migrações internas no país vizinho.

Dado o objetivo deste trabalho, é importante fazer algumas ressalvas. A primeira é de o foco recai tanto sobre produtores rurais como proprietários de terras, pois há quem ocupe

ambos os atributos (tem propriedade da terra e realiza produção agropecuária), como quem é proprietário, mas não produtor (arrenda sua área para terceiros). Na pesquisa não foram encontrados produtores brasileiros que não tenham alguma extensão própria no Paraguai (ou seja, que arrendam 100% da sua área de produção). A segunda ressalva é que não limitamos nosso recorte apenas aos brasileiros, mas também a seus descendentes (chamados por alguns entrevistados de “*brasiguaios*”), visto que contatamos pessoas que nasceram no Paraguai (tendo cidadania brasileira ou não), mas reproduzem em grande parte às lógicas de seus descendentes. Por fim, cabe destacar que estamos atento às dinâmicas ocorridas, sobretudo, nos últimos 20 anos.

Este artigo encontra-se dividido em três partes, além desta Introdução e das Considerações Finais. Inicialmente apresenta-se a metodologia do trabalho, com destaque aos atores que foram entrevistados durante as pesquisas de campo. Em seguida, é feita uma análise histórica do tema da terra no Paraguai, que tem como características chaves a concentração e a estrangeirização, dando destaque à presença brasileira. E, por fim, discute-se as diferentes dinâmicas dos produtores/proprietários rurais de origem brasileira no Paraguai em termos de controle e posse de terra no país.

Procedimentos metodológicos

Esta pesquisa mobilizou um conjunto de procedimentos e técnicas de pesquisa de natureza qualitativa e quantitativa. Inicialmente foi realizada uma revisão bibliográfica para compreender o processo histórico de aquisição de terras por estrangeiros no Paraguai, com destaque aos atores brasileiros. Também foi realizada a coleta de informações nos principais jornais do país, como ABC Color, La Nación e Última Hora, e a sistematização de dados secundários, consultando o Censo Agrícola de 1943 e os Censos Agropecuários de 1956, 1981, 1991 e 2008.

Além disso, foram realizadas pesquisas de campo no Paraguai entre 2016 e 2019, incluindo entrevistas semiestruturadas com atores de diferentes regiões do país (Departamentos de Alto Parana, Itapua, Canindeyú, Caaguazú, Amambay, San Pedro e Boquerón). Também foram realizadas entrevistas nos municípios paranaenses de Foz do Iguaçu, Cascavél, Lidoeste e Curitiba, dado que alguns atores voltaram ao Brasil e outros continuaram residindo no país, mesmo com suas atividades no Paraguai. Foram entrevistados produtores rurais, proprietários de terra, revendas de insumos, indústrias de agroquímicos, sementeiras, *tradings*, cooperativas, silos, poder público e grêmios empresariais. Dado os objetivos deste trabalho, serão utilizados principalmente os relatos obtidos com 56 produtores/proprietários rurais de origem brasileira que estão (ou estiveram) no Paraguai.

Vale destacar que, em termos econômicas e fundiárias, é um grupo muito heterogêneo, como veremos adiante.

A principal dificuldade apresentada nas pesquisas de campo foi decorrente de uma relutância dos atores em atender e colaborar com pesquisas acadêmicas. Entretanto, a partir de algumas estratégias de pesquisa (contatos intermediados por conhecidos, participação em eventos técnicos e feiras², palestra em colégio agrícola e em cursos de agronomia da região) foi possível uma aproximação e a realização de entrevistas. Diante desta situação, não foi construída uma amostra representativa dos produtores/proprietários rurais de origem brasileira no Paraguai. Entretanto, as entrevistas foram realizadas até o ponto de saturação, visto que as informações começaram a se repetir com muita frequência nas últimas conversas com os atores-chaves.

O processo histórico da estrangeirização terra no Paraguai

O processo de aquisição de terras por estrangeiros no Paraguai é histórico. Izá Pereira (2019) diferencia três grandes períodos de controle e estrangeirização de terras no país. O primeiro inicia-se com o final da Guerra da Tríplice Aliança (1864-1879), momento em que foi instaurado o regime de propriedade privada no país e se aprova a venda de terras públicas. A segunda etapa se dá quando Alfredo Stroessner assume a presidência do Paraguai (1954-1989), cujo processo de aquisição de terras fica facilitado para aqueles com influências militares e empresariais. Já a terceira etapa, datada no século XXI, está marcada pela consolidação do agronegócio no regime de acumulação financeirizado. Nos próximos subitens aprofunda-se esses períodos, destacando o papel dos atores brasileiros.

Do pós-guerra à ditadura (1870 a 1954)

A Guerra da Tríplice Aliança entre Paraguai, de um lado, e Brasil, Argentina e Uruguai, de outro, teve início no ano de 1864 e terminou em 1870 (KLEINPENNING, 1992; SOUCHAD, 2008). Os efeitos da guerra contra a nação paraguaia são brutais, cabendo destaque a redução da população, pois houve um alto número de perdas, principalmente de adultos do sexo masculino; o déficit alimentar, derivado da completa desestruturação da produção agropecuária; e perda territorial para o Brasil e para a Argentina, que, ao vencerem a guerra, incorporaram parte das áreas em disputa (SOUCHAUD, 2008). Com o fim da guerra,

² Foram visitadas as principais feiras agropecuárias do país, como a Expo Santa Rita (realizada no distrito de Santa Rita - Alto Paraná), Innovar (distrito de Colônia Yguazú - Alto Paraná) e Expo Regional Canindeyú (distrito de La Paloma do Espírito Santo - Canindeyú).

o país encontrou-se endividado e iniciou a venda de terras fiscais a domínios estrangeiros (NICKSON, 1981; KLEINPENNING, 1992).

Vale destacar que em 1870, quando foi finalizada a guerra, as terras fiscais abarcavam 98% do território, compreendendo 30,6 milhões de hectares, enquanto que somente 489 mil hectares correspondiam a propriedades privadas (KLEINPENNING, 1992). Mas, entre 1871 e 1875, foram aprovadas várias leis que permitiram a alienação de terras fiscais, sendo normativas que forneciam maiores facilidades para os compradores (ROJAS VILLAGRA, 2016). Além disso, chama atenção o baixo preço das terras, que foram vendidas, entre 1885 e 1914, a uma média de US\$ 0,42 por hectare. Neste período, 81% do território nacional foi comercializado a proprietários de terras e especuladores, principalmente estrangeiros, e muitos pequenos arrendatários e ocupantes de terras fiscais ficaram sem terra (KLEINPENNING, 1992).

A venda de áreas públicas teve efeito direto na concentração de terra no país, que alcançou patamares impressionantes. Conforme Torres Figueredo (2012), no final do século XIX, 53% das terras paraguaias eram controladas por apenas 65 empresas. Recursos naturais - pradarias, madeira e ervais - deixam de ser estatais e passam ao controle privado, sobretudo empresas estrangeiras, mas também militares e políticos. Izá Pereira (2019) faz um levantamento detalhado das empresas e latifundiários estrangeiros que se territorializaram no Chaco e identifica que a “maioria das empresas se dedicava a exploração do quebracho e processamento do tanino e a pecuária, mas também havia muitas empresas que se dedicavam ao mercado imobiliário devido aos baixos preços da terra na região” (p. 194). E os principais “adquirientes de las tierras públicas fueron empresas anglo-argentinas y posteriormente norteamericanas” (VÁZQUEZ, 2006, p. 25). Na região oriental também ocorreu um processo similar, em que empresas estrangeiras compraram grandes áreas e se beneficiaram com a exploração da erva mate e da madeira (NICKSON, 2005; SOUCHAD, 2008).

Além da venda de grandes áreas de terras públicas, na primeira metade do século XX também houveram iniciativas de formação de colônias agrícolas estrangeiras, principalmente de menonitas, alemães e japoneses. Os menonitas não são identificados pela sua procedência geográfica ou nacionalidade, mas pelo seu pertencimento religioso. “Llegados principalmente entre 1927 y 1948 se instalan en siete colonias, tres en el Chaco central, dos en el departamento de San Pedro y dos en el departamento de Caaguazú” (SOUCHAD, 2008, p. 77). Em relação aos alemães, formaram-se colônias em diferentes partes do país, sobretudo entre 1870 e 1936. Já os japoneses fundaram a primeira colônia em 1936 no departamento de Paraguari (Colonia “la Colmena”) e, além desta, tem outras cinco “localizadas en el extremo Este de la región Oriental: tres en el departamento de Itapúa,

una en el departamento del Alto Paraná y finalmente en el departamento de Amambay” (SOUCHAD, 2008, p. 77).

Derivado desses processos, uma importante marca do campo paraguaio será a sua dualidade no início do século XX, com 47,8% dos estabelecimentos agropecuários detendo apenas 0,2% da terra (explorações com menos de 10 hectares), contra 1,7% das unidades com 76,1% da superfície (no estrato com mais de 10 mil ha) em 1921 (KLEINPENNING, 1992). Em suma, o espaço rural paraguaio, na primeira metade do século XX, é marcado por um movimento conjunto de concentração e estrangeirização da terra.

Da ditadura à democracia (1954 - 1990)

O segundo período de estrangeirização de terras no país inicia com a extensa ditadura militar de Alfredo Stroessner (1954-1989). Se no primeiro período a estrangeirização da terra no Paraguai ocorreu majoritariamente através da territorialização do capital argentino e inglês, com foco no tanino, erva mate e madeira, nesta nova etapa ganha maior presença os atores brasileiros e a produção de grãos (IZÁ PEREIRA, 2019). O Governo Stroessner estrutura ambiciosos programas de colonização e de ocupação em regiões pouco povoadas do país, com destaque à região fronteira com Brasil, sobretudo nas áreas públicas, que não haviam sido comercializadas no pós-guerra, ou sobre a terra das grandes empresas estrangeiras, que começam a ser vendidas para esse fim ou que foram desapropriadas pelo Estado (NICKSON, 2005).

Silva (2007) e Palau e Heikel (2016) vão diferenciar três formas de ocupação: colonização pública, colonização privada e ocupação espontânea. Enquanto que as colônias oficiais implementadas pelo do Instituto de Bem-estar Rural (IBR) priorizavam os camponeses paraguaios, a colonização privada e espontânea envolveu de forma mais significativa os imigrantes brasileiros. Como vão sintetizar Riquelme (2005) e Vázquez (2006), estas iniciativas de ocupação do território vão conformar dois movimentos, “Marcha hacia el Este”, que trazia camponeses paraguaios da área de influência de Asunción para as margens do rio Paraná, e a “Marcha hacia el Oeste”, com colonos brasileiros que começa adquirir terras e se instalar no Paraguai.

Apesar das colônias do IBR focarem nos pequenos agricultores paraguaios³, os problemas na sua implementação e acompanhamento gerou o repasse e a venda dos direitos de algumas glebas para colonos brasileiros, visto que a maioria destes já tinha capital,

³ O programa de colonização do IBR surgiu em 1963 e tinha como intuito retirar pequenos agricultores paraguaios que ocupavam as terras da Zona Central (próxima a Asunción) e reinstala-los em regiões do norte e leste oriental, uma vez que o preço das terras centrais era mais elevado e intensificava conflitos entre latifundiários e minifundiários naquela área (NICKSON, 2005; ROJAS VILLAGRA e ARECO, 2017).

implementos e conheciam as dinâmicas das culturas comerciais (PALAU e HEIKEL, 2016). Nesse sentido, o programa de colonização do IBR também influenciou as dinâmicas de ocupação de agricultores brasileiros na região próxima ao Rio Paraná, somando-se à colonização privada e espontânea.

Vale dizer que, no campo da colonização privada e espontânea, o Governo Stroessner criou um ambiente muito propício. Buscando consolidar o modelo agroexportador, favoreceu a incorporação de agricultores brasileiros (vistos como “modernos”) para que aumentassem as áreas de lavouras destinadas à exportação⁴. Para tanto, aboliu a lei que proibia a compra de terras por estrangeiros na faixa de 150 quilômetros de suas fronteiras e ofereceu facilidades na concessão de terras e no financiamento das atividades agropecuárias (PAPPALARDO, 1995). Do lado brasileiro, um dos motivos determinantes foi o processo de modernização da agricultura brasileira, caracterizada pela expropriação de milhões de pequenos produtores, parceiros, arrendatários e posseiros e pela concentração da propriedade da terra em empresas altamente tecnificadas (MORAES SILVA e MELO, 2009). A construção da hidrelétrica de Itaipu, responsável pela desapropriação de inúmeras famílias de pequenos produtores rurais do oeste do Paraná, também contribuiu para a imigração ao Paraguai (ZAAR, 2001). Além disso, os entrevistados comentam o fato de serem famílias grandes com reduzida área, além de viverem em regiões com terras pouco férteis e de alta inclinação.

Apesar de haverem outras frentes migratórias, inclusive em território brasileiro, nos relatos dos entrevistados a imigração ao Paraguai era atrativa aos agricultores brasileiros por conta do baixo preço da terra, da alta fertilidade do solo, da disponibilidade de recursos naturais, da proximidade da região de origem, da inexistência de impostos sobre a produção agrícola, da baixa burocracia no acesso à terra, da presença de familiares/conhecidos na região e da possibilidade de financiar a compra da área, como já havia sido destacado pela literatura (NICKSON, 2005; VÁZQUEZ, 2006; SILVA, 2007; SOUCHAUD, 2008; PALAU e HEIKEL, 2016; entre outros).

Como argumentam Palau e Heikel (2016), para muitas famílias brasileiras a imigração para o Paraguai significava uma estratégia de sobrevivência e de falta de

⁴ Segundo um entrevistado, o próprio IBR foi até o Paraná para mobilizar possíveis interessados: “em 74 o que hoje é INDERT no Paraguai, era IBR na época, que seria um órgão parecido com INCRA do Brasil, eles foram na região de Palotina, foram lá fazê galinhada pra convidá os colono brasileiro adquiri terra no Paraguai. E daí, convidar o pai, que veio em 76 pro Paraguai” (Informante 20). Mas a propaganda também acontecia por outros meios. Palau e Heikel (2016, p. 45) reproduzem uma propaganda publicada no Estado de São Paulo, em 1979, que dizia: “Fique rico sem fazer força: oportunidade de terras no Paraguai. 5.500 hectares cobertas de mata virgem próximas à fronteira do Estado do Paraná e Mato Grosso, com madeira de exportação tipo peroba”. Também havia propaganda nos rádios, ainda que nem sempre confiáveis. “Alguns vinham porque escutava na rádio que em Foz do Iguaçu tinha terras. Mas daí, quando chegavam em Foz do Iguaçu diziam: ‘Não, mas não é em Foz, é do outro lado, é no Paraguai’” (Informante 46).

alternativas viáveis no local de origem, enquanto para outros era a oportunidade para ampliar seus recursos financeiros e produtivos. Nos relatos essas situações ficam evidentes:

nossa renda era muito baixa, quando decidimos deixar tudo em nossa cidade de origem não tínhamos nada a perder (Informante 11).

Se desse algo errado [no Paraguai], não tinha como voltar pior [ao Brasil], nós não tinha nada (Informante 51).

Era uma família grande com 8 filhos, que moravam em Cascavel [Paraná], onde tinha uma colônia de 10 alqueires de terra, que era insuficiente para a família. Ai surgiu uma proposta de uma corretora no Paraguai, onde meu vó se interessou e comprou cerca de 80 alqueires de terra (Informante 29).

O principal motivo foi que precisávamos melhorar a renda e a qualidade de vida, expandir nossas terras (Informante 10).

[...] a nossa família sempre teve atividade, então nós não vendemos alguma coisa no Brasil pra comprar lá. Nós simplesmente compramos por facilidade da época né, então foi uma facilidade de preço, porque estava muito barato e as terras boas (Informante 13).

A gente tinha uma concessionária na época da Ford, vendemo muita máquina né, ganhamo muito dinheiro, dinheiro pra compra terra. Foi isso. Investimos nisso (Informante 19).

Entre os 56 entrevistados, o que se percebe é que chegou no Paraguai um grupo de imigrantes brasileiros muito heterogêneo do ponto de vista econômico. Foram encontrados produtores que compraram, na sua chegada no Paraguai, 10 hectares (Informante 01), como houve casos de aquisição inicial de “3 mil e pouco hectares” (Informante 13). Mas a maioria dos entrevistados adquiriu área entre 25 e 100 hectares, o que representa de uma a quatro “colônias”, pois a colonização privada se dava comumente em lotes de 10 alqueires / 25 hectares – sendo que um “lote” era chamado de uma “colônia” (SZEKUT e OLIVEIRA, 2016). Entretanto, nem todos tiveram condições de comprar uma área na sua chegada, mesmo que o desejassem. Sete entrevistados relataram quem tiveram que desenvolver outras atividades no país (peão de fazenda, funcionário em silo, serralheiro, motorista de trator de esteira) para, assim, acumular certo capital e então comprar uma área.

Na literatura, o maior fluxo migratório de brasileiros para o Paraguai foi na década de 1970 e meados dos anos 1980 (NICKSON, 1981; VÁZQUEZ, 2006; SILVA, 2007; SOUCHAUD, 2008; PALAU e HEIKEL, 2016). Segundo as informações obtidas com produtores rurais de origem brasileira nas pesquisas de campo, esse período corresponde, dado que grande parte imigrou entre 1975 e 1985, representando 84,4% do total. Entre os entrevistados desta pesquisa, o produtor a mais tempo no Paraguai chegou em 1970 (Informante 42) e o último em 1998⁵ (Informante 12). Em termos do local de origem, praticamente a metade veio do Paraná, 28,2% do Rio Grande do Sul e 23,1% de Santa

⁵ Durante a pesquisa de campo ficou claro que, nas últimas duas décadas, foi mais intenso a imigração de brasileiros, agrônomos ou técnicos agrícola, para trabalhar na gestão e prestação de assistência técnica para empresas agropecuárias e fazendas.

Catarina. Portanto, proveem exclusivamente dos três estados do Sul do Brasil. E, como destacado por Souchaud (2008, p. 122), “en su mayoría son de origen alemán, pero también italiano o eslavo. Estos agricultores, han constituido en principio los frentes pioneros de Río Grande do Sul, de Santa Catarina y de Paraná. En el interior de estos estados los principales puntos de partida se encuentran en el Noroeste de Río Grande do Sul, el Oeste de Santa Catarina y el Oeste de Paraná”.

Quando os entrevistados começam contar a sua trajetória familiar, percebe-se que o movimento migratório é recorrente. “Tá no sangue da família fica se mudando” (Informante 02). Geralmente uma parte da famílias migra a cada nova geração. Foi comum relatos de que a família era originalmente do Rio Grande do Sul, mas que antes do Paraguai passaram por Santa Catarina e/ou Paraná. “Nós viemo de São Lourenço, Santa Catarina, mas nossa família é de Ijuí, no Rio Grande. Meu vó foi para Santa Catarina e depois meu pai veio pra Santa Rita” (Informante 43); “78, 77 nós viemos para cá [Iruña - Paraguai], mas eu sou nascido paranaense, mas meus pais vieram do Rio Grande do Sul. A minha família veio para o Paraná foi em 55, 57” (Informante 55). E, como veremos adiante, algumas famílias seguem dando continuidade a esse movimento.

Os Censos Agropecuários de 1956, 1981 e 1991 permitem uma aproximação⁶ sobre o peso da presença de brasileiros nas áreas rurais paraguaias para o período que estamos analisando. No primeiro Censo Agropecuário, de 1956, 4,6% dos produtores rurais declaravam-se estrangeiros no Paraguai, sendo que os brasileiros estavam na quinta posição (atrás de menonitas, argentinos, alemães e russos), com 636 produtores (0,4% do total de produtores no Paraguai e 9,5% dos produtores estrangeiros no país). Entre 1956 e 1981 o percentual de produtores que se declaravam como estrangeiro subiu de 4,5% para 5,1%. Apesar de não ser um crescimento muito expressivo, alterou profundamente sua origem, que passa a ser predominantemente brasileiros (73,6% dos produtores estrangeiros e 3,8% do total de produtores no país). Já em 1991 esta tendência se amplia, com os estrangeiros representando 6,5% das explorações agropecuárias, sendo que os brasileiros alcançam 5,2% do total de produtores rurais do país e 80% entre os estrangeiros. Mas, se focalizar nos departamento com maior incidência, a participação brasileira sobre o conjunto dos estabelecimentos alcançou 36% em Alto Paraná e Canindeyú e 14% em Amambay em 1991 (MAG, 1960, 1983 e 1993).

⁶ Além dos dados não permitirem saber, por exemplo, o percentual da área que está sob controle de brasileiros (somente há informações sobre o número de produtores), acreditamos que os dados do Censo estão subestimados porque alguns produtores brasileiros transferem sua área para seus filhos que nasceram no Paraguai, pois dessa maneira obtém algumas facilidades por serem cidadãos paraguaios. Além disso, o Censo não permite identificar a nacionalidade ou a origem do capital das associações, empresas ou sociedades legalmente constituídas, dado que esse tipo de informação é disponibilizado apenas para produtores individuais.

Da democracia aos dias atuais (1990 em diante)

A década de 1990 no Paraguai é marcada pela transição democrática com a queda de Alfredo Stroessner do poder em 1989, em um contexto econômico regional neoliberal e com maior presença do capital financeiro. Para Izá Pereira (2019) este período compreenderia o terceiro regime do controle do território paraguaio (1990-atual), em que o capital brasileiro se consolida no Paraguai, o capital argentino retoma certo espaço e há uma ascensão inédita do capital uruguaio. Neste sentido, é um momento cuja marca é a “intensificação do capital internacional no Paraguai, que ocorre pela territorialização de empresas oriundas do Brasil; empresas argentinas financeirizadas, empresas de mercado imobiliário e pecuaristas oriundos do Uruguai. Deste modo, a escala regional é essencial para compreender a estrangeirização no Paraguai” (p. 55).

No Paraguai, diferentemente do que vem sendo evidenciado em uma escala global (SAUER, 2010; BORRAS Jr. et al., 2012; SASSEN, 2016), o avanço do capital financeiro no controle direto das terras no país ainda é reduzido. Izá Pereira (2019) mapeou apenas oito fundos de investimento atuantes no Paraguai, a maioria destinado à compra e vendas de terras. Outra questão é que, mesmo encontrando empresas de capitais “portuguesas, sul-coreanas, japonesas, alemãs, italianas, francesas e panamenhas” (p. 220), o que predomina é o controle da terra via capitais regionais: brasileiros, argentinos e uruguaios.

No período mais recente os brasileiros continuam apresentando maior expressão no controle das terras no Paraguai. Conforme Riquelme (2005, p. 127), desde o final de 1990 os brasileiros mais prósperos que já estavam no país começaram a adquirir terras em “departamentos cada vez más alejados de la frontera con el Brasil, como Caaguazú, Caazapá, San Pedro y Misiones”. Ao mesmo tempo ocorre a chegada de novos brasileiros no Paraguai no início dos anos 2000, com destaque ao Chaco, que se constitui em um espaço sedutor pelo baixo preço das terras (VÁZQUEZ, 2005). E, a “partir de 2012, após a deposição de Fernando Lugo, mais uma vez o interesse em terras paraguaias é renovado, impulsionado pela necessidade de expansão de cultivos de soja e convergência de crises” (IZÁ PEREIRA, 2019, p. 221). No próximo item vamos aprofundar esse debate.

É importante ressaltar que a presença estrangeira na aquisição de terras paraguaias segue acontecendo mesmo com a implementação de duas medidas legislativas no início do século XXI.

A primeira é a Lei n. 1.863 de 2002, que estabelece o novo Estatuto Agrário e que dentre as diligências está que propriedades em colônias camponesas não podem ser vendidas a não beneficiários de reforma agrária, estrangeiros, estando sujeito a pagamento de multas aqueles que vendem e que compram tais incluindo terras. Em 2005 foi aprovada a Lei n. 2.532, que regulamenta a Seguridad Fronteriza através do estabelecimento de uma faixa de cinquenta quilômetros na fronteira nacional na qual não se pode pertencer a estrangeiros (PARAGUAY, 2005). Estas deliberações caminham no sentido

de controlar e barrar a estrangeirização do território no país, porém, frequentemente não são respeitadas e emergem novas estratégias do capital estrangeiro ter acesso ao território, utilizando formas mais violentas e agindo dentro da legalidade – através das lacunas encontradas nas legislações (IZÁ PEREIRA, 2019, p. 208).

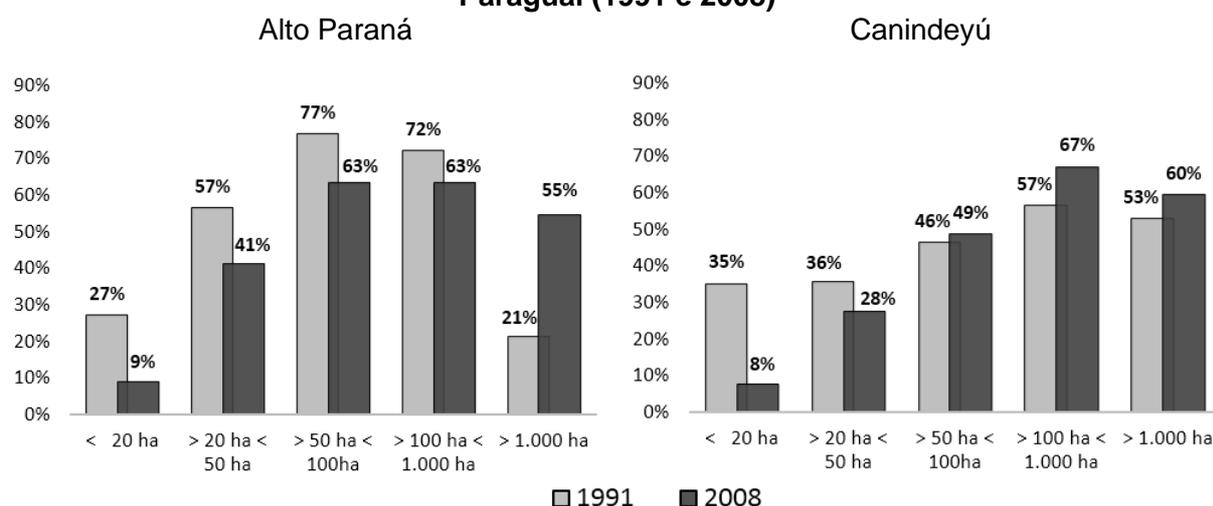
Como afirma a autora, apesar das normativas, a compra de terras por estrangeiros segue ocorrendo. Em pesquisa de campo apareceram algumas estratégias que são utilizadas pelos brasileiros para driblar a situação. Dado que a maioria deles está no país a mais de 30 anos e que já tem descendentes que nasceram no Paraguai, eles acabam colocando a área no nome deste familiar que tem a cidadania paraguaia. Outros produtores acabaram colocando a terra no nome dos filhos, que nasceram no Paraguai e não são mais estrangeiros do ponto de vista legal, podendo inclusive regularizar áreas de colonização/reforma agrária.

Os dados do último Censo Agropecuário, de 2008, indicavam a presença de 8.954 estabelecimentos controlados por brasileiros, ou seja, uma queda de 43,6% em relação ao número presente no Censo anterior, de 1991. É uma redução maior do que entre produtores paraguaios (-6,1%) e estrangeiros de outras nacionalidades (-27,3%). Se por um lado o retorno ao Brasil nas últimas duas décadas foi algo muito presente entre brasileiros que estavam no país (ver o próximo item), por outro, muitos estabelecimentos passam a ser conduzidos pelos filhos dos imigrantes, a maioria já nascida no Paraguai e que consta no Censo como “paraguaio”. Em 2008, 3,2% das unidades eram de produtores brasileiros no Paraguai, frente a 5,2% em 1991. Nos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú o percentual de brasileiros em 2008 alcançou 19,2% e 16,2%, respectivamente, indicando uma importante redução frente aos 36% alcançada por ambos os locais em 1991. Em paralelo, nos Departamentos de San Pedro e Misiones e na região do Chaco há um crescimento no número de produtores rurais brasileiros (MAG, 2009).

Se por um lado há um menor número de produtores brasileiros no Paraguai, por outro eles estão em estratos de área maior. Em 1991, mais de 80% deles tinha até 50 hectares, enquanto que em 2008 esse valor não chega a 60%. Já nos estabelecimentos agropecuários com mais de 100 ha, quase 30% deles está neste estrato em 2008, enquanto que em 1991 não chegavam a 10%. Em termos absolutos, dobrou o número de produtores brasileiros com mais de 100 ha, que saltaram de 1.300 para 2.542. Esse crescimento é mais expressivo se recortamos ao estrato acima de mil hectares, que passou de 127 para 382, indicando um crescimento de 201% entre 1991 e 2008 - neste mesmo grupo de área, entre paraguaios teve queda de 4% no número de produtores e entre as demais nacionalidades um aumento maior (19%) (MAG, 1993 e 2009). Em suma, há uma redução dos produtores brasileiros com menores áreas entre os dois últimos Censos, enquanto que o seu número cresceu nos estratos maiores, indicando um movimento de concentração fundiária entre os agricultores desta nacionalidade.

Em Alto Paraná, departamento com maior presença de produtores brasileiros (19,2% do total de estabelecimentos em 2008), a concentração fundiária por parte deste grupo de estrangeiros é muito perceptível. Conforme Figura 1, em todos os estratos com mais 50 hectares os brasileiros são majoritários em relação aos paraguaios e imigrantes de outras nacionalidades. Embora tenham perdido parte do seu espaço entre 1991 e 2008 nos grupos de área com menos de mil hectares, chama atenção que justamente naqueles estabelecimentos com mais de mil ha foi onde sua participação salta de 21% para 55% no mesmo período. Em Canindeyú, segundo departamento com maior participação brasileira entre os produtores rurais (16,5%), houve um efeito similar, também com crescimento deste grupo nos estratos com mais 50 hectares, com aumento mais evidente nas unidades com mais de 100 hectares (Figura 1).

Figura 1: Participação dos produtores brasileiros no número de estabelecimentos agropecuários por estratos de área nos Departamentos de Alto Paraná e Canindeyú - Paraguai (1991 e 2008)



Fonte: MAG (1993 e 2009).

Caminhos e dinâmicas recentes dos produtores/proprietários rurais brasileiros no Paraguai

Nesta pesquisa foram identificados cinco situações correlatas que envolvem, na atualidade, produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai: i) produtores que chegaram na segunda metade do século XX e que permanecem na mesma região no Paraguai (aumentando, mantendo ou diminuindo suas áreas); ii) produtores e/ou descendentes que também chegaram no país no século XX e mais recentemente avançaram para novas regiões; iii) atores que chegaram no país nos últimos 20 anos, investindo na produção agropecuária e/ou aquisição de terras; iv) produtores que optaram por deter terras

tanto no Paraguai quanto no Brasil; v) produtores rurais que, por diferentes motivos, retornam para o Brasil. Nos próximos subitens aprofundaremos essas dinâmicas.

“Eu quero ficar aqui”: permanência nas regiões de chegada no Paraguai

Entre os entrevistados, a situação mais comum refere-se aos produtores que chegaram na segunda metade do século XX no Paraguai, adquiriram suas terras próprias e tem se mantido na mesma região desde então. Mas, apesar da permanência, ocorreram situações distintas, com produtores que conservaram a mesma área desde que se estabeleceram ali, outros conseguiram ampliar (geralmente na própria localidade e distritos lindeiros) e houve ainda quem teve uma redução na sua área.

Os entrevistados que mantem a mesma área comentaram que até tinham intenção de expandir suas terras próprias, mas o aumento do seu valor nos últimos anos inviabilizou esta ampliação⁷. Nesse caso, alguns produtores, na medida do possível, optam por arrendar terras próximas, inclusive para otimizar as máquinas agrícolas que dispõe. Também há casos que mantem a área estável porque, depois da compra, passaram a arrendar a sua terra para terceiros, como uma renda fixa, e não investem em novos lotes porque dependem de outras atividades (prestação de serviço, comércio, serviço público). Outro caso, por já dispor de uma grande superfície, optou por focar em maquinarias e estrutura para a propriedade.

Então, quando eu saí da sociedade eu fiquei com essa propriedade [de 150 hectares], daí não quis fazê estrutura, não quis, arrendei pra um vizinho, tá mais tranquilo (Informante 19).

To com a mesma área. Foi por falta de recurso, questões financeiras (Informante 33).

Teve gente que aumento as terra. Eu não aumentei. A área já é grande [22 mil ha] e eu quis investir em máquinas, em estrutura, pra ter mais retorno (Informante 37).

No caso dos produtores que ampliaram suas áreas, trata-se de uma estratégia de crescimento das atividades agropecuárias, motivados pela própria dinâmica setorial (sobretudo soja, milho e trigo⁸), e que foram aproveitando o contexto setorial favorável (alta produtividade e elevados preços dos produtos agropecuários). É importante apontar que, com o aumento do valor das terras nos últimos anos, quem tem adquirido áreas mais recentemente

⁷ Lamentavelmente o Paraguai não dispõe de dados oficiais sobre o preço da terra por região e por ano. Mas a percepção da variação do preço da terra pode ser vista no relato dos próprios entrevistados, que compraram áreas em diferentes períodos, evidenciando o aumento do preço. “Comprei 300 ha em 1995, de los cuales 180 ha son mecanizada y la soja ya estaba ya en pleno. Pagué 3.500 dólares por ha. Pero más reciente compré unas hectáreas de 15.000 dólares por ha” (Informante 36); “Antes o preço estava uma micharia. Tinha terra de mil dólares antes. Hoje inteira 20 mil na hectare. Tem terra de 10 mil, depende da região, da localização, tudo isso né” (Informante 50); “De 2012 a 2015 provavelmente o valor da [terra na] região deve ter chegado aos valores mais caros do mundo. Chegou a valores exorbitantes de 30, 40 mil dólares a hectare. Hoje já voltou um pouco mais ao normal, hoje daria para dizer que está entre 10 a 12 mil dólares a hectare” (Informante 52).

⁸ “Hoje tem que ter uma área grande para se manter no setor, porque a margem é pequena.” (Informante 21).

são aqueles produtores mais capitalizados, que já controlam grandes superfícies. Um dos entrevistados descreve sua estratégia para ampliar sua área.

Então, em vez de você pegar esse dinheiro que sobra [da safra] e tu investir em insumo, você pega esse dinheiro que sobra e tenta agregar uma área, tenta melhorar a área, falando em calcário, gesso ou [torna-la] mais plana. [...] Em cima disso que todo ano a gente adquire novas propriedades, não grande, mas adquire 20 alqueires esse ano, 30 ano que vem. Sempre acaba comprando e aumentando a área própria (Informante 21).

Entre aqueles em que houve redução, três fatores foram comentados pelos entrevistados. O primeiro refere-se a divisão da área entre familiares, cuja cisão pode ocorrer por conflitos entre irmãos, por exemplo, mas os casos mais comentados referem-se ao desmembramento dada a formação de novos núcleos familiares (em que os pais transferem a totalidade ou parte da área para os filhos).

Meus pais eram sócios dos irmãos, numa área de 3 mil e pouco hectares. Uma outra área depois foi comprada de 1.200 hectares, e depois foi comprada, já nos anos 2000, compramos uma propriedade, com 1.500 hectares. Fizemos a cisão da sociedade, uns venderam, mas nós conseguimos manter, melhorar, mas não foi feita nenhuma expansão. [...] Então hoje estamos com 2 mil hectares (Informante 13).

Meu pai comprou 200 hectares no Paraguai. [...] Como ele tinha 9 filhos, dividiu a área e deu umas 25 a 30 hectares para cada filho (Informante 28).

O segundo elemento refere-se à perda de parte da área por conta de dívidas, com bancos, vendas de insumos, silos, etc. Como o custo de produção da soja é muito alto, os produtores geralmente financiam grande parte da produção nestas empresas, para pagar na safra (ÁVALOS VERA, MERELES e WESZ Jr., 2017; WESZ Jr., 2020). Entre os produtores de soja entrevistados, a grande maioria usa essa modalidade de negócio, sendo que 79,4% afirmaram que não conseguiriam plantar o grão se não obtivessem recursos externos à propriedade. Nesses casos, como a maioria não faz seguro da produção, uma quebra de safra geralmente significa uma dívida, que, caso não quitada ou renegociada, pode implicar em perda de parte da terra, pois ela comumente vai como garantia no empréstimo. Há casos de perda de toda a área, condicionando o retorno ao Brasil ou a saída da atividade. Mas também há casos em que o produtor perde apenas uma parte da terra (proporcional ao tamanho da dívida) e permanece com as atividades no restante da área.

O que foi descrito acima ocorreu justamente com um dos entrevistados (Informante 17). Entretanto, ele não quis falar sobre o assunto na gravação. Em outro momento, em conversa com sua filha, ela detalha o caso.

Meu pai perdeu um terreno de mais ou menos uns 50 hectares. Ele perdeu para a “empresa X”, que é do “grupo Y”. O silo financiava pra ele, financiou

por 7 anos. E o pai plantava uns 120 hectares de terra arrendada deles, a renda era de 1.000 quilos de soja por ano da safra de verão. Nesse período de 7 anos deram 3 anos de seca. O pai colheu muito mal, e não conseguiu pagar o financiamento. E a dívida aumentou. Eles refinanciaram a dívida do pai por uns três anos mais, mas o juro deles é muito alto e quando o pai colhia bem, o produto não tinha preço, daí o pai não conseguiu pagar a dívida dos anos de seca. Foi então que a empresa decidiu cobrar o pai. E a hipoteca para financiar era um terreno. Daí foi quando eles decidiram cobrar e o pai não tinha o que fazer, teve que cumprir com o contrato e passar o título para o nome deles. E na região que o pai mora tem famílias que perderam tudo.

O terceiro fator refere-se à perda de área em função de conflitos de terra. Como relatou um dos entrevistados, “hoje a área é de 1.600 hectares [...] era de 1.800, mas perdeu umas 200 ha para sem terras” (Informante 14). Isso tem ocorrido porque “las organizaciones campesinas han levantado como una de las principales banderas de lucha la recuperación de tierras malhabidas” (KRETSCHMER, 2011, p. 46). Estas “tierras malhabidas”, são, de maneira simplificada, áreas públicas que foram passadas a privados sem base jurídica⁹.

Em suma, apesar deste grupo permanecer na região que se estabeleceram no Paraguai, há casos muito distintos, que inclui aqueles que mantiveram as mesmas áreas ao longo dos anos, enquanto outros conseguiram amplia-la, mas também teve quem, por diferentes motivos, reduziu sua área própria. Outra dinâmica visualizada refere-se ao avanço destes produtores para novas regiões paraguaias.

“Enquanto der, a gente vai seguindo”: avanço para novas regiões no Paraguai

Outra situação observada na pesquisa refere-se àqueles produtores brasileiros e/ou descendentes que avançaram para novas regiões do Paraguai, mantendo ou vendendo as terras que detinham na região em que se estabeleceram no país. Um entrevistado da Unicoop (Central Nacional de Cooperativas) explica que primeiramente houve uma migração da área mais tradicional de cultivo de soja e com maior presença de brasileiros no Paraguai, que “saiu e foi para região de São Pedro, Canindeyú, Amambay. E teve uma migração de pessoas que venderam e foram para o norte, isso teve sim. Outras tem propriedades aqui e em São Pedro e outros tão se lançando ao Chaco também, então tem essa migração dentro do Paraguai. [...] E tem pessoas que se mantém nas duas regiões, porque é a base”.

⁹ Como argumentam Guereña e Rojas Villagra (2016, p. 13), “durante el régimen de Alfredo Stroessner (1954-1989) los militares, empresarios y funcionarios cercanos al poder se hicieron ilegalmente con casi siete millones de hectáreas de tierras que estaban destinadas a la reforma agraria, a las que se suman un millón de hectáreas adicionales que fueron irregularmente adjudicadas desde el fin de la dictadura. [...] Las irregularidades encontradas fueron la adjudicación a personas no beneficiarias según el Estatuto Agrario, la adjudicación de más de un lote a la misma persona y la adjudicación de lotes superiores a los límites máximos establecidos en la ley. Poco más de mil personas recibieron en total casi cinco millones de hectáreas, con un promedio de 4.600 hectáreas por persona. [...] Muchas de estas personas hicieron posteriormente una fortuna al vender a empresarios sojeros, fundamentalmente brasileños, esas tierras que habían recibido prácticamente regaladas.”

O que se observa, em geral, é que os produtores mais capitalizados avançam para novas regiões, sobretudo o Chaco – que apareceu em todas as entrevistas como “a principal fronteira agrícola do país” –, mas mantem suas áreas originais em paralelo à aquisição de terras nesta nova região. Nesse sentido, garantem o “porto seguro”, e, em paralelo, arriscam em área de expansão da fronteira agrícola da soja e de consolidação da pecuária. Isso ficou claro em relatos de técnicos e dirigentes de empresas.

Yo estuve en la semana pasada en Filadelfia [Chaco], a mil km de Ciudad del Este. Fui a realizar un día de campo de maíz y ya escuche a algunos hablando en portugués, cosa que no era normal, antes normalmente era menonitas y nada más. Pero están comprando muchas tierras en el Chaco para ver la posibilidad de ampliar la producción hacia allá. [...] No son nuevos productores, son productores que ya están en Paraguay que van ampliando en el Chaco su producción. Yo creo que nuevos productores que vengan de Brasil, lo que puede llegar a ocurrir [...], pero lo que yo creo que hay más es gente de la región oriental de acá de la zona productiva de soja, digamos, de primera línea que está extendiendo su tierra a aquellos lados.

Então, os que estão indo para lá [Chaco] são bastante, uma leva de brasileiros, que estão produzindo carne, comprando grandes extensões de terra, 10, 15, 20 mil hectares de terra para produção de gado, carne, e já estão se aventurando na produção de soja.

Assim, começou essa nova migração digamos, dentro do Paraguai mesmo, [quando] muitos produtores que, digamos, tinham uma certa reserva de dinheiro, começaram a buscar o Chaco. Aqui mesmo de Santa Rita tem pessoa que tem propriedades lá, mas a maioria são pecuária.

Agora no Chaco, sim, existem produtores daqui que já compraram terra no Chaco, antigamente, que estão trabalhando lá agora. Para você abrir uma área no Chaco, é uma inversão muito grande, muito alto. Dificilmente o cara que tem uma área aqui ele quer botar para vender [sua terra], dificilmente. E o cara que quer comprar é porque é um agricultor muito forte, então tem caso que o cara compra para expandir, mas é um agricultor forte.

Além de serem produtores mais capitalizados (“agricultor forte”) que podem fazer esses movimentos em direção ao Chaco sem abrir mão da sua área original, a manutenção das suas áreas no oriente se vincula também as particularidades edafoclimáticas da região, pois no Chaco a produção agrícola é de maior risco quando comparado com a região mais tradicional de cultivo de soja. Além disso, é afastado dos principais canais de escoamento¹⁰. Apesar dessas características, que deixa alguns produtores com o “pé-atrás”, muitos são estimulados principalmente pelo preço das terras. Um entrevistado comenta que seu “patrão tem no Chaco 4 mil [hectares] aberta, 5 mil sendo aberta e mais 10 mil fechada [não desmatada]. Ele comprou as terra uns 20 anos atrás por 150 dólar a hectare e atualmente o preço tá 1.500” (Informante 14). Outro adquiriu “1.200 hectares em 2009. Nós compramos

¹⁰ No Chaco, além da problemática ambiental derivada das altas taxas de desmatamento, há um conjunto de conflitos fundiários envolvendo a população indígena, inclusive os Ayoreos, que são os únicos indígenas isolados fora da Amazônia. “E, inclusive, esta comunidade sofre ataques de empresas brasileiras, o que resultou em diferentes denúncias diante a Corte Interamericana de Direitos Humanos, visto que o Estado paraguaio, mesmo possuindo o conhecimento do conflito, não procurou resolve-lo. Comunidades indígenas estão perdendo seu território para o agronegócio” (Izá Pereira, 2019, p. 346).

cada hectare por 190 a 200 dólar, por aí” (Informante 19). Também se escutou o relato de um grupo de irmãos, que tem 5 mil hectares em Santa Rita, vendeu 900 hectares para comprar 45 mil hectares no Chaco. Nos três casos comentados, foram mantidas terras próprias na região oriental.

Também foram identificados produtores que adentram outras regiões do Paraguai, para além do Chaco, como San Pedro, Amambay, Caazapá, Guaira e Misiones. No caso de Misiones, um representante da Cooperativa Naranjito, de Itapúa, disse conhecer produtores que migram para lá “para cultivar arroz, pois lá tem muita área alagada”. Nas outras regiões o foco é a produção de soja. Esse movimento ficou mais claro nas pesquisas de campo realizadas no Departamento de San Pedro, em que foram entrevistados 9 produtores rurais brasileiros (ou descendentes).

Tratam-se de produtores com área entre 1.080 e 17 hectares (média de 403 ha), sendo destinado para soja de 948 a 17 hectares (média de 299 ha). É interessante notar que nenhum dos entrevistados foi diretamente do Brasil para San Pedro. Eles (ou seus pais) deixaram o Rio Grande do Sul, Santa Catarina ou Paraná e chegaram ao Paraguai nas décadas de 70 e 80, estabelecendo-se nos departamentos de fronteira do Alto Paraná e Itapúa, e nos últimos anos migraram para San Pedro em busca da expansão de sua área. Todos comentaram que a escolha desta nova região estava calcada no fato de serem terras mais baratas, ampliando a sua superfície para produção.

Um dos entrevistados é filho de brasileiro e ele migrou para lá depois do casamento. “Casei e a terra do pai não dava para todos irmão. Ai o pai me deu um dinheiro e comprei aqui, que é bem mais barata do que onde nós morava antes” (Informante 07). Neste caso, migrar foi uma estratégia para garantir a reprodução socioeconômica do novo grupo familiar. Outro entrevistado diz que tinha pouca terra em Santa Rita. “Nós éramos 5 irmãos e pequena terra. Então os 4 homens saíram para procurar terra. Primeiro, começamos a alugar até comprarmos terras e agora trabalhamos juntos em área própria e alugada” (Informante 06). Em outros casos, são produtores com pouca terra em áreas mais consolidadas, o que geralmente dificulta um retorno econômico significativo. Então uma opção é buscar terras de menor valor, adquirindo assim uma área maior que permita uma produção em larga escala (Informante 09).

Outro entrevistado comenta que “onde eu tava a terra era muy cara, entonces eu vendi 20 hectares para comprar 140 hectares em San Pedro” (Informante 02). Mas, neste caso, a escolha do local também é influenciada pelas redes familiares, além do valor da área. Ele comenta na conversa que “la maioria de los productores descendientes de brasileiros que están em Lima tem vínculo de parentesco. Eles são meus hermanos y cuñados”. Outra curiosidade é que, enquanto alguns vieram do Brasil para uma propriedade rural em Alto Paraná ou Itapúa e dali foram para San Pedro, outros percorrem vários lugares. No caso do

Informante 18, no intervalo de 40 anos entre a saída de Cascavel (Paraná) e a chegada em Lima (San Pedro), ele passou por diferentes distritos de Alto Paraná: Santa Rosa del Monday - Santa Rita - Naranjal - Tres de Mayo - San Cristobal. Outro produtor (Informante 07) também fez várias paradas na sua trajetória migratória: Santa Catarina, Santa Fé (Alto Parana), Santa Rita (Alto Parana) e Lima (San Pedro). Nos nove casos identificados em San Pedro, chama atenção que todos eles não mantiveram suas terras em Alto Paraná ou Itapúa, sendo um perfil de produtor menos capitalizado em comparação àqueles que compraram terras no Chaco.

“Quero expandir meus investimentos”: chegada recente no Paraguai

Há um consenso entre os entrevistados de que é muito reduzido o número de produtores rurais brasileiros que se estabeleceram no Paraguai nos últimos anos (a maioria afirmou que desconhece casos dessa natureza nas últimas duas décadas). O fato é que, dado o alto valor das terras (e a desvalorização do real frente ao dólar, que encarece ainda mais a transação), não foi identificado nenhum relato de brasileiros que tenham vindo do Brasil e adquirido terra em Alto Paraná, Candindeyú, Itapua ou outros departamentos em que a soja está consolidada. O que se ouviu são produtores chegando diretamente no Chaco, sobretudo no período mais recente, como relatado por um representante de uma revenda de insumos, que a mais de 10 anos vai à região para prestar assistência técnica.

No Chaco, nesse momento, tem muito investimento de fora, uruguaios, argentinos e tem muitos e brasileiros, tem muito também, que chega direto lá, que não tem vínculo nenhum. Que é diferente do pessoal que vive aqui hoje, então é até interessante. Tem pessoas, tem até políticos do Brasil, ou grandes políticos do Brasil que está até nos lava jato da vida. [...] Teve grupos também de investidores, porque o Chaco ele é muito visto como um negócio imobiliário, você vai, você abre, ou prepara e a valorização do imóvel, e lá é muito grande. Não tem outro negócio que tem a rentabilidade nesse nível, então tem muito disso também.

Como esclarece o entrevistado, ocorreram casos de brasileiros que compraram área no Chaco sem passar pela região oriental. A presença de políticos na compra terras nesta região também foi apontado pela reportagem “De Olho no Paraguai”, no eixo “Os Invasores do Chaco”¹¹, além de empresários, religiosos e jogadores de futebol brasileiros. E como destacam na matéria, “os brasileiros não estão lá como colonos, como acontece muito na Região Oriental. Apenas como grandes latifundiários, ocupando fartas extensões de terra.” Além disso, brasileiros estão entre os protagonistas do desmatamento intensivo e “da invasão em terras de camponeses e de etnias como os Ayoreo”¹².

¹¹ <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/>

¹² <https://deolhonosruralistas.com.br/deolhonoparaguai/2017/11/27/ultima-fronteira-chaco-tem-desmatamento-e-ataque-a-indios-isolados/>

Segundo Benegas (2018, p. 3), no Chaco “la población bovina aumentó más durante el período 1991-2011, pasando de 700.000 cabezas a más de un millón en 2011. Este crecimiento fue causado principalmente por la nueva ola de inmigrantes ganaderos, principalmente brasileños, uruguayos, argentinos y algunos europeos que, en poco tiempo cambió la naturaleza económica y cultural del noreste del Chaco”. E complementa que a “ley de Paraguay, que permite la deforestación del 75% de un terreno, también ha facilitado la transformación del Chaco. Guyra Paraguay informó que 1.973 hectáreas por día fueron deforestadas en el Chaco en los últimos dos años” (p. 3). Segundo a autora, além das vantagens fiscais, da menor exigência ambiental e dos preços atrativos do mercado internacional de carne bovina, também foi atrativo aos brasileiros o preço da terra, que era um décimo do valor de uma hectare no Mato Grosso.

Há também suspeitas, divulgadas pelos meios de comunicação, de aquisição de terras como estratégia para “lavagem de dinheiro”. Segundo reportagem publicada no Fantástico em 27 de maio de 2018, “apontado como o maior doleiro do Brasil, Dario Messer investiu milhões de dólares em terras no país e os lucros que ele obteve como peça central nos esquemas de corrupção viraram pastagens e imensas plantações de eucaliptos”. A estimativa é de que ele seja dono de, pelo menos, 100 mil hectares no Paraguai¹³.

Na pesquisa de campo foi possível mapear o caso de um produtor brasileiro (Informante 54) que fez uma tentativa recente de compra de terra no Paraguai. Ele atua a 30 anos no ramo da agropecuária, com fazendas na região de Tangará da Serra e Sapezal (Mato Grosso), e, através de conversas com amigos, despertou o interesse de pesquisar terras na região do Chaco paraguaio em 2018. Buscando expandir seus investimentos, ele foi visitar uma área de 18 mil hectares, que não era aberta, e o valor final ficaria em 18 milhões de dólares, cuja intenção era financiar esse valor no Paraguai e iniciar o cultivo de grãos. Entre os fatores que lhe desanimaram, por um lado, “seria difícil administrar, porque morar em Tangará da Serra e ter terra lá [Chaco] limitaria o acompanhamento de serviços”, e por outro, o “difícil acesso da área”. Segundo informações do consultor de vendas que o acompanhou, nos períodos de chuva as estradas ficam basicamente inacessíveis e sugeriu que seria necessário o acesso por avião. Então, preocupou-se com os “problemas com escoamento de produção”. E também precisava “abrir a mata, o demanda de serviços e maquinários externos, e a estrada ruim pode atrasar ou aumentar os custos do investimento inicial”. Por fim ele decidiu não comprar a terra, pois além do valor a ser pago, teria muitos investimentos para fazer na área, mas ainda considera a possibilidade de investir no Paraguai, sobretudo “se

¹³ <http://g1.globo.com/fantastico/noticia/2018/05/investigacao-descobre-terras-onde-maior-doleiro-do-pais-investiu-milhoes.html>

aparecer algo mais próximo da fronteira com Mato Grosso, que seja do agrado, vo fazer novas análises para investir”.

Ainda que o avanço do capital financeiro no controle direto das terras no Paraguai seja reduzido, isso não tem impedido a chegada recente de brasileiros para a compra de terras no país, principalmente no Chaco. Como pode ser visto acima, os meios de aquisição das áreas são muito variados e complexos. E, vale destacar, é um público muito diverso em relação à maioria dos brasileiros que se estabeleceram nas áreas rurais do Paraguai entre os anos de 1970 e 1980.

“Tamo aqui e lá”: posse da terra no Paraguai e no Brasil

Para além das três situações acima descritas, percebe-se que alguns produtores optaram por disporem de terras tanto no Paraguai quanto no Brasil. Nesse grupo há quem manteve uma área na sua região de origem como quem comprou terra no Brasil mais recentemente, sem vender sua propriedade no Paraguai. Durante as pesquisa de campo foram encontrados cinco casos desta natureza, ainda que com distintas características. Nos dois primeiros casos eles mantiveram a sua área de origem no Brasil quando foram para o Paraguai, enquanto os três últimos compraram área no Brasil nos últimos anos.

No primeiro caso (Informante 22), ele foi para o Paraguai em 1989 trabalhar como colhedor de grãos para um primo e depois passou a trabalhar em um silo. Ao longo desses 30 anos ele foi comprando, pouco a pouco, terras no país, e atualmente tem 120 hectares em Canindeyú, que é arrendada para terceiros. Mas ele manteve 12 hectares no Rio Grande do Sul, que “tá com a família. É da família, mas tá no meu nome, no caso.” Embora ele não trabalhe como produtor rural, mantém suas áreas tanto no Brasil como no Paraguai. O segundo caso (Informante 13) também manteve sua área de origem no Brasil. A família adquiriu terras no Paraguai – cerca de 6 mil hectares – sem ter que vender sua área no Brasil. “Nós não vendemos alguma coisa no Brasil pra comprar lá. Nós simplesmente compramos por facilidade da época.” Depois da divisão da área entre herdeiros, ele ficou com 2 mil hectares no Paraguai, além de, pelo menos, 760 hectares no sul do Mato Grosso do Sul. “Nós vivemos parte lá, parte cá”.

O terceiro caso (Informante 21) é uma sociedade formada por dois irmãos, que vieram para o Paraguai em 1987. Quando saíram do Rio Grande do Sul, venderam a área e começaram a plantar na terra de terceiros no Paraguai. “E de lá para cá fomos adquirindo áreas, arrendando áreas, e a fazenda começou a crescer”. Atualmente “a gente toca 1.230 alqueires, que dá quase três mil hectares. [...] Mais da metade da área que nós plantamos é arrendada, dentro de área de 50 km daqui, que inclui Nueva Esperanza, Katueté e Ybyrarobaná”. No início do século XX, depois de estarem já instalados no Paraguai, decidiram

investir também no Mato Grosso, onde tem uma área de 2.600 hectares de lavoura. O quarto caso é semelhante ao terceiro. Segundo o Informante 29, “meu vizinho tem seis fazendas aqui em Santa Fé [Alto Paraná] e faz uns anos que ele comprou uma área grande em Querência, no Mato Grosso. Se junta todas as áreas daqui não dá o tamanho dessa do Mato Grosso. Ele ficou uns três, quatro anos se organizando, juntando dinheiro, para comprar lá, que é terra barata e boa”. O quinto caso (Informante 30) também é de um produtor que comprou terra no Brasil depois de já estar instalado no Paraguai.

Meu tio tem uma área de 400 alqueire no Paraguai na Gleba 6, distrito de San Alberto [Alto Paraná]. No ano de 2016 ou 2017 ele comprou mil hectares no Maranhão, pagando R\$ 5 mil por hectare, mas era cerrado bruto, aí tinha que abrir e coisa. Escolheu o Maranhão porque no Paraguai onde ele mora tem grandes fazendeiros e aí não tinha área pra compra ou era cara, umas dez ou doze vezes o valor do Maranhão. E queria investir também.

Como aparece nos relatos, entre os principais motivadores desse movimento está o preço mais barato da terra nas regiões de expansão do Brasil do que no Alto Paraná ou Canindeyú – muito influenciado pela valorização do dólar frente ao real, que torna mais vantajosa a compra de áreas no Brasil. Além disso, comprar terra no Brasil evita os questionamentos sobre a apropriação de terras por estrangeiros, o que é muito recorrente no Paraguai, inclusive sendo causa de inúmeros conflitos fundiários (IZÁ PEREIRA, 2019; FOGEL, 2015). A terceira motivação está no novo cenário político brasileiro. Como foi colocado por um jovem produtor de soja (Informante 45), que recebeu do pai 500 hectares depois de concluir o curso de agronomia, “futuramente pretendo expandir no Brasil porque tem novas perspectivas com o Governo Bolsonaro”.

O gerente de uma *trading* comentou esse movimento de manter áreas no Paraguai e adquirir terras no Brasil, sobretudo nas regiões de expansão da fronteira agrícola. Como pode ser visto abaixo, são vários os destinos destes investimentos.

Muita gente tá comprando de volta, novamente, no Brasil. Comprando propriedades no Mato Grosso, mais no Norte. Vi gente compra propriedade no Estado de Tocantins, vi gente compra propriedades no Piauí, também no, na divisa da Bahia com Piauí. Vi gente comprando terras agora, mais recentemente, no Amapá. Amapá! É gente que tá pegando dinheiro daqui [Paraguai] e jogando no Brasil. Mas não tá voltando, entendeu? Não está voltando! Tá sobrando dinheiro ali [Paraguai]. Então vi gente fazendo esse tipo de investimento. Agora, volta por opção, sujeito tal não quer nem sabe, não volta mesmo. Não volta! Não tem porque volta!

O relato acima se refere, em geral, aos produtores rurais e/ou proprietários de terra mais capitalizados, que mantêm sua área no Paraguai e aproveitam para investir no Brasil. Mas também há quem deixou em definitivo o Paraguai e se instalou novamente no Brasil. No próximo subitem aprofundaremos esta situação.

“Voltamo pra casa”: retorno ao Brasil

O processo de retorno de produtores/proprietários rurais para o Brasil é outra dinâmica que pôde ser percebida durante a realização da pesquisa. Esse tema já havia sido destacado por Zaar (2001), que apontou que esse regresso estava diretamente ligado a invasão de terras por campesinos paraguaios, endividamento derivados da produção agropecuária e busca por educação escolar brasileira para os filhos. Um dos entrevistados comentou que disponibilizou para seu filho uma área de terra no Paraguai (como herança), mas que ele optou por vender e comprar outra área no Brasil, pois a família já havia passado por conflitos fundiários e “isso rassabiou ele” (Informante 49).

O tema do endividamento por conta da produção agropecuária e a perda da terra para o financiador também foi relatado pelos entrevistados, como já comentado. Trata-se de um processo de “deslocamento bifásico”, como comentou Kohlhepp (1984), pois de um lado, colonos brasileiros que haviam sido expulsos de suas regiões provocavam o deslocamento dos campesinos paraguaios; e por outro lado, a chegada de grandes empresas agrícolas começou a reproduzir o mesmo processo de expulsão de pequenos produtores – tanto brasileiros como paraguaios – que não conseguiam acompanhar os imperativos de competitividade causados pelo avanço da produção mecanizada.

Aquino (2016), que estudou o retorno de pequenos agricultores brasileiros do Paraguai e seu ingresso em acampamentos organizados por agricultores sem-terra, destaca que esta volta “foi influenciada por fatores como a impossibilidade de aquisição de terras no Paraguai ou de legalização das terras adquiridas e, em especial, pela busca de serviços e políticas públicas disponibilizados no Brasil, mas, que não existem no Paraguai ou não abrangem os brasileiros, como acesso à saúde pública, transporte escolar e, sobretudo, a aposentadoria como trabalhador rural” (p. 243). A autora enfatiza que no caso do acesso à saúde, é condicionante para o retorno o fato de que no Paraguai o sistema geralmente tem custos, enquanto que no Brasil a população segue amparada ao Sistema Único de Saúde (SUS). Esta situação foi justamente comentada por três entrevistados:

Então começou a surgir problema de saúde com uma das filhas, que era tratada em Cascavel. Os vizinhos do Paraguai falaram do acampamento do MST perto de Cascavel e desde o ano 2000 que me mudei com a família para o acampamento. [...] A vantagem é que tem saúde e escola perto, e no acampamento tem a chance de conseguir terra (Informante 01).

É, foi por causa de saúde que eu saí de lá. Porque tu sabe que a gente tem que ter saúde pra trabalha (Informante 15).

Da minha família que hoje está no Paraguai, só eu sigo aqui, o resto voltou tudo para o Brasil porque o pai, com certa idade, no Brasil tem mais recurso, esse negócio de médico, se aposentar, tudo isso né? (Informante 29).

Dentre os que retornam, alguns se deslocam diretamente para as áreas urbanas, buscando a proximidade de membros da família e o acesso à serviços públicos, enquanto outros seguem para as áreas rurais. Além de integrarem o MST, como demonstra Aquino (2016) e foi apontado no relato acima, alguns produtores adquirem uma área de terra própria, em geral obtida a partir do recurso adquirido com a venda de seu patrimônio no Paraguai. E, no contexto recente, o fato do dólar (que nesta região fronteiriça com o Brasil é mais usado que o guarani) estar mais valorizado frente ao real, além do alto preço da terra nessa região do Paraguai, também estimula a compra de áreas no Brasil.

Tem gente que tem comprado terra no Brasil, uns que venderam bem aqui. Como que nos últimos anos deu dinheiro – agora está meio feio, meio parado porque teve frustração de safra e preço ruim, aí não dá dinheiro – e o produtor investiu no Brasil. Ele vende um pedaço pequeno e ele compra grande lá, porque dólar por real está... ele faz dinheiro, o câmbio tá 4 por 1. Que nem o Clovis ali, a Clara... venderam ali [Santa Rosa del Monday] e compraram um monte lá na campanha gaúcha (Informante 25).

Na época que contava 20 mil [dólares o preço da hectare] aqui, justamente o Brasil estava lucrando 4 por 1 [real x dólar], então alguns venderam a 20 mil e mudaram para o Brasil de novo, na região do Pará, Tocantins, Maranhão. Tem alguns produtores daqui e foram lá no Piauí. Vendia aqui a 20 mil e lá comprava 4 vezes mais (Informante 35).

Também escuta-se relatos de quem saiu “fugido” do Paraguai por conta de dívida. “Alguns arrendatários que quebraram literalmente e vazaram lá pro Norte [do Brasil]. Arrendo, não conseguiu paga e vazo” (Informante 19). E, entre aqueles produtores que permanecem no Paraguai, há casos em que o retorno ao Brasil é cogitado - ou conhecem casos de pessoas que pensam nesta possibilidade.

Eu pensei em retornar sim. Retorna pro Brasil porque hoje a gente tem a idade, dá pra dizer já avançada, 65 anos. E pra pessoa que tem idade avançada no Brasil, é muito melhor, tem a parte de medicina, tem muito mais auxílio do governo também pra pessoa idosa. Aqui pra pessoa idosa, pra estrangeiro não tem auxílio nenhum. Quem tem condições sobrevive melhor, e, quem não tem condições, sobrevive... é pior, né? Que a medicina aqui é muito ruim. [...] mas se pudesse, por exemplo, conseguir vender por um preço bom a propriedade pra ir mora no Brasil, eu iria! (Informante 17).

[meu filho] tá doido pra sair de lá [Paraguai]. Até a muié me falo hoje, que a muié dele disse que se eles pudesse vim, eles vinham pra um lugar aqui [Brasil]. Falta acha dez alqueire de terra e uma casa boa, que ai ele vende lá e vem embora. [...] Anos que trabaia já e nunca sobra muito né. Tem de tudo, mas deve bastante, esse é o caso, né? (Informante 15).

Portanto, o movimento de retorno ao Brasil segue ocorrendo e é cogitado por alguns produtores, principalmente entre aqueles que não dispõem de recursos para acessar educação, transporte, saúde e previdência de maneira privada do Paraguai. Deste modo, fazem o movimento inverso aquele registrado nas décadas anteriores. Mas, como demonstrado neste

trabalho, este é apenas um dos caminhos traçados pelos produtores/proprietários rurais brasileiros e seus descendentes no Paraguai.

Considerações finais

Ao olhar para os caminhos recentes dos produtores rurais e proprietários de terras de origem brasileira no Paraguai, chama atenção que, apesar deste grupo ter chegado majoritariamente entre os anos 1970 e 1980 no país, não há uma situação estática destes atores e de suas gerações sucessoras em relação à terra. Ao longo das pesquisas de campo ficava cada vez mais claro uma diversidade de movimentos, que, apesar da permanência de alguns brasileiros na região de estabelecimento no Paraguai, também era visível a sua migração para novas áreas no interior do país, bem como a chegada recente de brasileiros, principalmente no Chaco. Além disso, alguns produtores/proprietários, ao invés de investirem em novas regiões do Paraguai, optaram por realizar a compra de terras no Brasil, mantendo áreas em ambos os países. Mas também houve a volta em definitivo ao território brasileiro, realizando o “retorno” daquele trajeto feito décadas atrás.

Se os caminhos, movimentos e dinâmicas contemporâneas deste grupo social são diversas, as variáveis e razões que interferem nestes fluxos e nas suas lógicas também o são. Tratam-se de estratégias particulares, que são acionadas conforme o contexto familiar, econômico (nacional e pessoal), setorial (sobretudo em função da soja), estatal (presença ou ausência de programas públicos) e político (perspectivas mais ou menos favoráveis ao setor e ao perfil do produtor), além obviamente do preço da terra e das características edafoclimáticas nas diferentes regiões. Assim sendo, os caminhos, movimentos e dinâmicas deste grupo social em relação à terra no Paraguai são múltiplos, assim como suas motivações.

Para concluir, é importante dizer que a grande heterogeneidade em termos fundiários e econômicos que marcou a chegada dos brasileiros a algumas décadas atrás no Paraguai, está menos presente atualmente, sobretudo nas regiões em que o cultivo da soja está consolidado (Alto Paraná, Itapúa e Canindeyú). Além dos produtores rurais e proprietários de terras capitalizados conseguirem se manter e ampliar suas áreas nas regiões em que se estabeleceram, muitos estão aumentando suas extensões via aquisições no Chaco e no Brasil, sem abrir mão das áreas originais. Já a permanência dos pequenos e medianos produtores tem sido cada vez mais difícil, seja pela dinâmica produtiva e econômica excludente do mercado de *commodities*, sobretudo da soja, seja pelo alto valor da terra, que

os pressiona/estimula a venderem suas áreas¹⁴. Resta, como opção, o seu avanço para novas frentes de expansão agrícola no Paraguai ou seu retorno em definitivo para o Brasil. Escapam desta situação aqueles que optaram por arrendar suas terras ou que dispõem de renda não-agrícola. Também foram vistos alguns poucos casos de produtores que conseguiram se manter na atividade ao desenvolver uma eficiente gestão de sua unidade produtiva, mesmo dispondo de menos de 100 hectares para o cultivo de soja/milho. Mesmo assim, o que tem prevalecido é o aumento do controle e da posse da terra no Paraguai entre os produtores e proprietários brasileiros mais capitalizados.

Referências

AQUINO, S. L. Narrativas sobre a trajetória migratória: O retorno dos Brasiguaios. **Revista Ambivalências**, n. 4, v. 8, p. 243-276, 2016.

AVALOS VERA, G.; MERELES, M. V. G.; WESZ Jr., V. J. La expansión de la soja en San Pedro (Paraguay): productores rurales, empresas y relaciones comerciales. **Revista NovaPolis**, n. 12, p. 105-123, 2017.

BENEGAS, G. **Paraguay: Desarrollo Regional y Transformación Territorial del Chaco**. Instituto de Investigación para la Competitividad y el Desarrollo, 2018.

BORRAS Jr., S. M. et al. Land grabbing and global capitalist accumulation: key features in Latin America. **Canadian Journal of Development Studies**, v. 33, n. 4, p. 402-416, 2012.

FOGEL, R. B. Reforma agraria en el Paraguay: retrocesos y luchas. In: Mançano Fernandes, B. et al. (orgs). **La actualidad de la reforma agraria en América Latina y el Caribe**. Buenos Aires: Clacso, 2015, p. 129-140.

GUEREÑA, A.; ROJAS VILLAGRA, L. **Yvy Jára - los dueños de la tierra en Paraguay**. Asunción: OXFAM, 2016.

IZÁ PEREIRA, L. **“A Tríplice Aliança continua sendo um grande êxito”**: os regimes de controle do território paraguaio (1870-2019). Presidente Prudente, 2019, 523 f. Tese (Doutorado em Geografia), Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual Paulista, Presidente Prudente, 2019.

KLEINPENNING, J. M. G. **Rural Paraguay, 1870-1932**. Centrum voor Studie en Documentatie van Latijns Amerika, 1992.

KOHLHEPP, G. Colonización y desarrollo dependiente en el oriente paraguayo. **Revista Geográfica**, 99, p.5-33, 1984.

KRETSCHMER, R. Conflictos territoriales en las regiones de frontera en Paraguay Oriental. **Geografia em questão**, n. 4, v. 2, p.41-55, 2011.

MAG – Ministerio de Agricultura y Ganadería. **Censo Agropecuario de 1956**. Asunción: MAG, 1960.

¹⁴ Embora não seja o foco deste trabalho, vale mencionar que essa dinâmica não impacta os produtores brasileiros e seus descendentes de maneira exclusiva. Ao contrário, afeta principalmente as populações rurais paraguaias, como *campesinos* e indígenas.

_____. **Censo Agropecuario de 1981**. Asunción: MAG, 1983.

_____. **Censo Agropecuario de 1991**. Asunción: MAG, 1993.

_____. **Censo Agropecuario de 2008**. Asunción: MAG, 2009.

MORAES SILVA, M. A.; MELO, B. M. Brasileiros no exterior, a história dos brasiguaios – Soja: a expansão dos negócios. **Le Monde Diplomatique Brasil**, 2009. Disponível em: <http://diplomatique.org.br/soja-a-expansao-dos-negocios/>

NICKSON, R. A. Colonización brasilera en la Región Oriental del Paraguay. In: Fogel, R.; Riquelme, M. (orgs). **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: CERI, 2005, p. 228-255.

_____. Brazilian colonization of the eastern border region of Paraguay. **Journal of Latin American Studies**, n. 13, v. 1, p. 111-131, 1981.

GUEREÑA, A.; BURGOS, S. O. **Desterrados: Tierra, poder y desigualdad en América Latina**. Oxfam, 2016.

PALAU, T.; HEIKEL, M. V. **Los campesinos, el Estado y las empresas en la frontera agrícola**. 2ª edición. Asunción: BASE-IS, 2016

PAPPALARDO, C. **Estrategias y políticas de desarrollo rural**. Asunción: El Lector, 1995.

RIQUELME, M. Notas para el estudio de las causas y efectos de las migraciones brasileñas en el Paraguay. In: FOGEL, R.; RIQUELME, M. (Orgs). **Enclave sojero, merma de soberanía y pobreza**. Asunción: CERI, 2005, p. 118-156.

ROJAS VILLAGRA, L. **Campesino rape**. Apuntes teóricos e históricos sobre el campesinado y la tierra en Paraguay. Asunción: BASE-IS, 2016.

ROJAS VILLAGRA, L.; ARECO, A. **Las colonias campesinas en el Paraguay**. Asunción: BASE-IS, 2017.

SASSEN, S. **Expulsões: brutalidade e complexidade na economia global**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

SAUER, S. Terra no século XXI: Desafios e perspectivas da questão agrária. **Retratos de Assentamentos**, v. 19, n. 2, p. 69-97, 2016.

SILVA, H. M. **Fronteireiros: as condicionantes históricas da ocupação e colonização do oriente paraguaio**. A região de Katueté, no Departamento de Canindeyú 1970-2000. Florianópolis, 2007, 291 f. Tese (Doutorado em História), Centro de Filosofia e Ciências Humanas, Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2007.

SOUCHAUD, S. **Geografía de la migración brasileña**. Asunción: Fondo de Población de las Naciones Unidas, 2008.

SZEKUT, A; OLIVEIRA, J. E. A presença de brasileiros na recente colonização do Paraguai. **Mediações-Revista de Ciências Sociais**, v. 21, n. 2, p. 303-331, 2016.

TORRES FIGUEREDO, O. A. **Dictaduras y latifundios en la cuestión agraria del Paraguay: acceso, distribución y tenencia de tierras**. Madrid: EAE, 2012.

VÁZQUEZ, F. **Territorio y Población Nuevas dinámicas regionales en el Paraguay**. Asunción: Serie Investigaciones – Población y Desarrollo, 2006.

ZAAR, M. H. A migração rural no Oeste paranaense/Brasil: a trajetória dos “brasiguaios”. **Scripta Nova**, n. 94, v. 88, p. 01-11, 2001.

Sobre o autor

Valdemar João Wesz Junior – Graduação em Desenvolvimento Rural e Gestão Agroindustrial pela Universidade Estadual do Rio Grande do Sul (UERGS). Mestrado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Doutorado em Ciências Sociais em Desenvolvimento, Agricultura e Sociedade pela Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro (UFRRJ). Professor Adjunto na Universidade Federal da Integração Latino-Americana (UNILA), no curso de Desenvolvimento Rural e Segurança Alimentar e no Mestrado de Políticas Públicas e Desenvolvimento. **OrcID** – <https://orcid.org/0000-0002-8154-7088>.

Como citar este artigo

WESZ JUNIOR, Valdemar João. Caminhos e Dinâmicas Contemporâneas dos Produtores e Proprietários Rurais de Origem Brasileira no Paraguai. **Revista NERA**, v. 23, n. 53, p. 90-116, mai.-ago., 2020.

Recebido para publicação em 30 de janeiro de 2020.
Aceito para a publicação em 14 de fevereiro de 2020.
